Apesar da tímida evolução, Brasil permanece entre os países menos competitivos do mundo. Avanços na educação são fundamentais para alteração desse quadro

Pelo segundo ano consecutivo, Singapura ocupa o topo do ranking, seguida pela Dinamarca, com ganho de 6 posições, e Suíça. Pela primeira vez em 5 anos os EUA não se encontram entre os top 5, ocupando a 10ª colocação, com perda de 7 posições.

Carlos Arruda, Ana Burcharth e Naira C. Gonçalves*

Belo Horizonte, 16 de junho de 2020 – O Brasil avança três posições no Anuário de Competitividade Mundial 2020 (World Competitiveness Yearbook – WCY), ocupando agora a 56ª posição. É o quarto ano consecutivo que o país apresenta ganhos de competitividade. O estudo, publicado pelo IMD (International Institute for Management Development), em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), conta, ao todo, com a avaliação de 63 nações.

Singapura segue no topo do ranking, seguida por Dinamarca e Suíça, posições antes ocupadas por Hong Kong e Estados Unidos. Enquanto a Dinamarca apresentou um ganho de 6 posições, os EUA caíram 7, ocupando agora a 10ª posição. Destaque positivo é atribuído também à Estônia, que subiu 7 posições e assumiu a 28ª colocação, e à Grécia, que subiu 9 posições e assumiu a 49ª colocação.

WCY 2020	País	WCY 2019	Variação	WCY 2020	País	WCY 2019	Variação
1	Singapura	1	0	32	França	31	-1
2	Dinamarca	8	6	33	República Checa	33	0
3	Suíça	4	1	34	Japão	30	-4
4	Holanda	6	2	35	Eslovênia	37	2
5	Hong Kong	2	-3	36	Espanha	36	0
6	Suécia	9	3	37	Portugal	39	2
7	Noruega	11	4	38	Chile	42	4
8	Canadá	13	5	39	Polônia	38	-1
9	Emirados Árabes	5	-4	40	Indonésia	32	-8
10	EUA	3	-7	41	Letônia	40	-1
11	Taiwan	16	5	42	Cazaquistão	34	-8
12	Irlanda	7	-5	43	Índia	43	0
13	Finlândia	15	2	44	Itália	44	0
14	Catar	10	-4	45	Filipinas	46	1
15	Luxemburgo	12	-3	46	Turquia	51	5
16	Áustria	19	3	47	Hungria	47	0
17	Alemanha	17	0	48	Bulgária	48	0
18	Austrália	18	0	49	Grécia	58	9
19	Reino Unido	23	4	50	Rússia	45	-5
20	China	14	-6	51	Romênia	49	-2
21	Islândia	20	-1	52	Peru	55	3
22	Nova Zelândia	21	-1	53	México	50	-3
23	Coreia do Sul	28	5	54	Colômbia	52	-2
24	Arábia Saudita	26	2	55	Ucrânia	54	-1
25	Bélgica	27	2	56	Brasil	59	3
26	Israel	24	-2	57	Eslováquia	53	-4
27	Malásia	22	-5	58	Jordânia	57	-1
28	Estônia	35	7	59	África do Sul	56	-3
29	Tailândia	25	-4	60	Croácia	60	0
30	Chipre	41	11	61	Mongólia	62	1
31	Lituânia	29	-2	62	Argentina	62	-1
				63	Venezuela	63	0

Tabela 1: Classificação geral do Índice de Competitividade Mundial 2020
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2020

Em sua nova edição do Anuário de Competitividade Mundial, o IMD assume os impactos recorrentes da pandemia da COVID-19 como fator limitante dos resultados apresentados. Apesar de os dados estatísticos serem anteriores à

liberação do índice em pelo menos um ano, ou seja, se referirem ao período de 2019 ou um pouco anterior, a pesquisa executiva que também compõe o Ranking Mundial de Competitividade foi administrada entre fevereiro e abril de 2020, capturando alguns impactos da pandemia. Dessa maneira, indicadores que avaliam a adaptabilidade das políticas governamentais e a qualidade do sistema de saúde, por exemplo, podem refletir a crise recente.

Ainda assim, o IMD destaca que o ranking captura os problemas que a economia global experimentou em 2019, como os atritos comerciais entre os Estados Unidos e a China. Essas questões compreendem o lento crescimento do PIB e as quedas nas exportações e investimentos internacionais para alguns países. Foi possível identificar um padrão comum nos fatores que influenciaram o desempenho atual de países altamente classificados, com base no comércio e investimentos internacionais, emprego, abertura, estabilidade política e igualdade social e de gênero.

A liderança de Singapura no ranking de 2020 justifica-se pelo notável desempenho econômico fundamentado no comércio e investimento internacional, medidas de emprego e mercado de trabalho, finanças públicas e legislação comercial. Além disso, a nação conta com um desempenho estável em produtividade, estrutura tecnológica e sistema de ensino.

A ascensão da Dinamarca, por sua vez, está baseada no forte desempenho de sua economia e mercado de trabalho e de seus sistemas de saúde e educação, para além dos investimentos internacionais e da produtividade.

Por outro lado, os Estados Unidos, que registraram uma das maiores perdas de competitividade do ranking, passaram por processos de deterioração do comércio internacional e das finanças públicas, além de quedas nas medidas de emprego e mercado de trabalho. Persistem as lacunas na estrutura social, que já acompanham o histórico do país e se traduzem na baixa eficiência do sistema de saúde e da proteção ambiental.

Além disso, o declínio de posição norte-americano pode ser explicado, em medida considerável, pelos atritos com a China. Desde 2018, quando o governo de Trump impôs tarifas de 25% sobre US$ 60 bilhões de produtos de tecnologia importados da China, os dois países estão em guerra comercial. Em agosto de 2019, foi anunciada uma nova imposição de tarifas sobre a importação de produtos chineses, com desvalorização do yuan como reação da China para baratear seus produtos e torna-los mais competitivos[1]. Apesar da expectativa de um acordo entre as duas potências, esses atritos refletiram uma queda do desempenho dos países em 2019, além dos impactos mundiais envolvidos. Os EUA retrocederam da 16ª para a 32ª posição do ranking para comércio internacional, uma queda de 16 posições.

A América do Sul avançou no ranking médio neste ano, passando da 56ª para a 54ª posição, mas segue sendo a sub-região menos competitiva. Destaque positivo foi conferido para a política tributária e preços, e negativo para produtividade e eficiência, infraestrutura tecnológica, comércio internacional e estrutura social. Chile, líder de competitividade na América do Sul (38ª posição), Peru e Brasil (52ª e 56ª posições, respectivamente) avançaram no ranking; Colômbia e Argentina (54ª e 62ª) caíram de posição; e Venezuela permanece como o último colocado (63ª posição).

É interessante examinar a oscilação do desempenho dos países da América do Sul nos últimos cinco anos. Ao invés de um avanço sustentado, esses países registram ora avanços, ora retrocessos em suas posições no ranking de competitividade.

	WCY 2016	WCY 2017	WCY 2018	WCY 2019	WCY 2020
Argentina	55	58	56	61	62
Brasil	57	61	60	59	56
Chile	36	35	35	42	38
Colômbia	51	54	58	52	54
Peru	54	55	54	55	52
Venezuela	61	63	63	63	63

Tabela 2: Classificação geral dos últimos 5 anos do Índice de Competitividade Mundial 2020 para os países da América do Sul
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2020

Ao contrário do Brasil, os outros BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul não registraram avanço em 2020. A Índia permaneceu colocada na 43ª posição, enquanto Rússia, China e África do Sul retrocederam, respectivamente, das 45ª, 14ª e 56ª posições para 50ª, 20ª e 59ª posições. Vale destacar que a China já ocupou as 13ª (2018) e 14ª posições (2019) e que a África do Sul, que já esteve nas 52ª (2016) e 53ª (2017 e 2018) posições, inverteu sua classificação com o Brasil, de 2019 para 2020.

[1] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/15/O-que-est%C3%A1-no-acordo-comercial-entre-EUA-e-China.-E-o-que-ficou-de-fora
https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-pontos-para-entender-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china,70002887026

Essa queda observada para a China vai de encontro à análise realizada para os EUA. Em 2019, a China se encontrava na 24ª posição para o ranking de comércio internacional. Já em 2018, caiu para a 38ª posição – um declínio de mais de 10 posições.

Como evidenciado pelo IMD, sistemas eficazes de saúde e educação, juntamente com a proteção do meio ambiente, são fatores fundamentais na condução das tendências de competitividade.

O Brasil no World Competitiveness Yearbook 2020

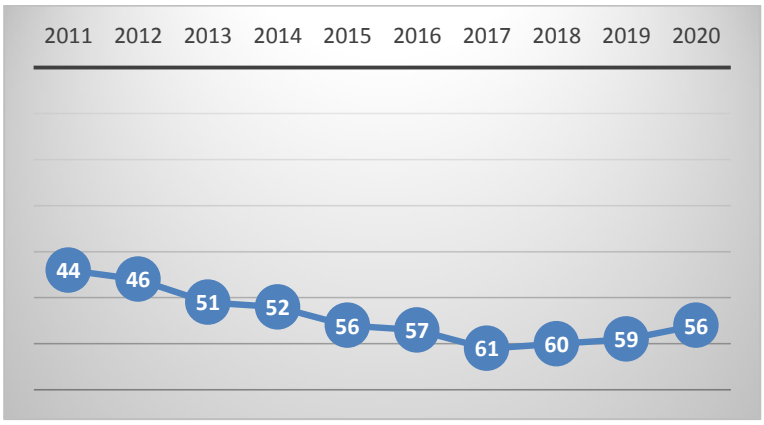

Figura 1. O Brasil no World Competitiveness Yearbook 2011 – 2020

Apesar do ligeiro avanço do Brasil no Ranking de Competitividade do WCY 2020, o país permanece entre as nações menos competitivas do mundo. Uma evolução efetiva requer reformas e reestruturações nos ambientes político e socioeconômico, para construção de condições estáveis e favoráveis à competitividade. O ganho de três posições em relação a 2019 se explica por ligeiros avanços nos pilares considerados: o país subiu uma posição no desempenho econômico (da 57ª para a 56ª), na eficiência do governo (da 62ª para a 61ª) e na infraestrutura (54ª para 53ª). O ganho mais significativo se deu na eficiência dos negócios, subindo da 57ª para a 47ª posição.

De maneira geral, observaram-se avanços na densidade de novos negócios, nos fundos de pensão, nas finanças públicas, nos custos de capital, no emprego de longo prazo, etc; e perdas na estabilidade do câmbio, no saldo da conta corrente, no crescimento do capital fixo, no crescimento real do PIB, no acesso a água, na resiliência econômica, etc.

Apesar do declínio de 9 posições na atratividade a investimentos estrangeiros (da 19ª para a 28ª posição), quando avaliamos o fluxo direto de investimentos do exterior o país se mantém bem colocado. É a quarta nação, em termos absolutos, e a nona, em porcentagem do PIB, que mais recebe investimentos. Contudo, o balanço do fluxo de investimento direto é negativo.

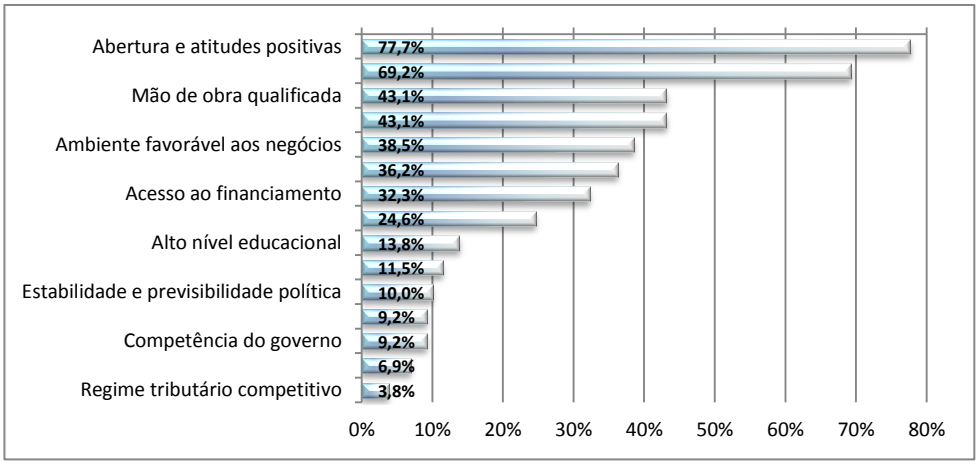

Figura 2: Fatores-chave para a competitividade da economia brasileira

Fonte: *Fonte WCY 2011-2020, compilação autores*

A comunidade empresarial atuante no país foi convidada, a partir da Pesquisa de Opinião Executiva que compõe o estudo, a identificar 5 fatores-chave para a competitividade da economia brasileira. O principal aspecto de atratividade destacado foi a abertura e as atitudes positivas, seguido pelo dinamismo da economia. Do outro lado, o regime tributário foi evidenciado como o fator mais crítico à competitividade do país, seguido pela infraestrutura. É válido observar, ainda, que apenas 13,8% dos respondentes atribuíram ao alto nível educacional atuação fundamental no contexto brasileiro. Isso sugere uma lacuna nas políticas de incentivo e investimentos à educação para potencialização da competitividade. Ver figura 2.

O Brasil nos quatro fatores de competitividade analisados pelo WCY 2020

A metodologia de elaboração do ranking de Competitividade Mundial do IMD divide o ambiente nacional em quatro fatores principais: desempenho econômico, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura. Esses fatores, por sua vez, dividem-se em 5 subfatores cada. Ou seja, o ranking é fundamentado em um total de 20 subfatores, os quais compreendem 337 critérios, dentre dados estatísticos e dados de pesquisa de opinião (quantitativos e qualitativos). Para levantamento desses dados, o IMD conta com a colaboração de Institutos Parceiros, atuantes nos 63 países pesquisados. No Brasil, a distribuição da pesquisa de opinião executiva é realizada com apoio do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral. Excepcionalmente esse ano, devido à pandemia da COVID-19, a pesquisa foi aplicada de fevereiro a abril, com envio a mais de sete mil executivos de todo o país, contemplando empresas de diferentes portes e setores.

A tabela 3 apresenta a colocação do Brasil em cada um dos fatores e subfatores considerados, relativamente aos demais países avaliados. Para fins comparativos, foram fornecidos os dados de 2019 e 2020, bem como a variação observada.

Cenário Competitivo	WCY 2020	WCY 2019	Variação
Desempenho Econômico	56	57	1
Economia Doméstica	44	49	5
Comércio Internacional	59	51	-8
Investimento Internacional	28	19	-9
Emprego	56	56	0
Preços	38	42	4
Eficiência Governamental	61	62	1
Finanças Públicas	63	62	-1
Política Fiscal	38	38	0
Estrutura Institucional	60	61	1
Legislação dos Negócios	59	62	3
Estrutura Social	62	62	0

Cenário Competitivo	WCY 2020	WCY 2019	Variação
Eficiência Empresarial	47	57	10
Produtividade e Eficiência	61	61	0
Mercado de Trabalho	47	50	3
Finanças	35	40	5
Práticas Gerenciais	39	53	14
Atitudes e Valores	47	54	7
Infraestrutura	53	54	1
Infraestrutura Básica	54	52	-2
Infraestrutura Tecnológica	54	53	-1
Infraestrutura Científica	41	40	-1
Saúde e Meio-Ambiente	40	40	0
Educação	63	61	-2

Tabela 3: O Brasil nos fatores e subfatores de Competitividade (2019 - 2020)
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2020

Desempenho da Economia

Nos últimos 10 anos, observou-se uma queda significativa da posição do Brasil no fator Desempenho Econômico. Mais especificamente, de 2011 para 2012, o país teve uma piora significativa e entre 2013 e 2017 enfrentou declínio persistente. Desde então, há um movimento oscilatório, mas sem alterações significativas.

O avanço de 1 posição de 2019 para 2020 se fundamenta pelo aumento de dois dentre os 5 subfatores avaliados: economia doméstica subiu da 49ª para a 44ª posição e preços subiu da 42ª para a 38ª posição.

Não obstante, a perda de posições nos subfatores comércio e investimento internacionais chama atenção. O Brasil caiu da 51ª para a 59ª posição em comércio e da 19ª para a 28ª colocação em investimento internacional.

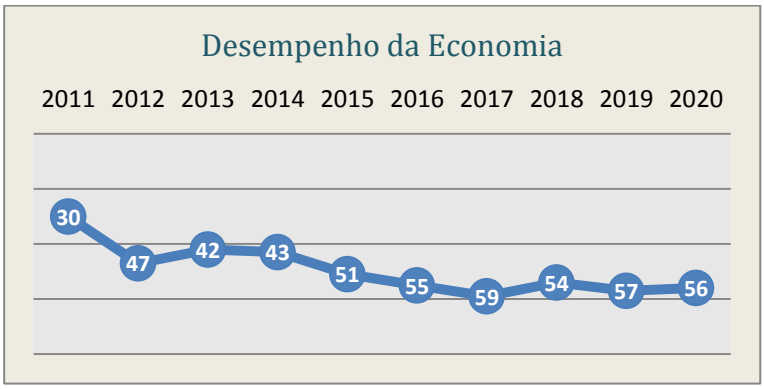

Figura 3: O desempenho econômico brasileiro no WCY 2011-2020
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2011-2020

No que diz respeito à economia doméstica, o Brasil apresenta PIB acima da média e se encontra na 9ª posição. No entanto, em termos per capita, enquanto a média mundial é de 30.659 dólares, a média nacional é de apenas 8.755 dólares, colocando o país na 53ª posição. Além disso, o crescimento registrado do PIB brasileiro também foi abaixo da média mundial, atribuindo-lhe a 48ª colocação. Embora a formação bruta de capital fixo em valores absolutos seja significativa (US$282,5 bilhões), quando considerada em porcentagem do PIB (14,8%) não é favorável à competitividade do país (60ª posição). Esse fator evidencia a necessidade de mais investimentos para alavancagem da competitividade brasileira. Entretanto, a taxa de poupança interna corresponde a apenas 14,8% do PIB nacional, classificando o país como 59º no ranking, e o balanço de conta corrente é negativo (-2,69% do PIB – 50ª posição). Sabe-se que essa situação será ainda mais agravada com a crise da COVID-19, que derrubou as expectativas de crescimento anunciadas pelo governo em 2019. Se antes era esperado um crescimento de 2,4% do PIB, agora já se fala de uma das piores retrações da história da economia brasileira. O Banco Mundial projeta uma queda de 5% do PIB brasileiro[2], devido à queda na demanda externa, à redução nos preços internacionais do petróleo e às medidas de contenção do vírus, com paralisação ou redução de atividades, redução no consumo das famílias, renegociação ou encerramento de contratos, etc.

Em relação ao comércio internacional, critérios que tangem a exportação de produtos em valores absolutos configuram pontos fortes do país: é o 26º colocado em exportação de bens, com exportações na ordem de US $ 222,64 bilhões em 2019. Entretanto, ao avaliarmos essa relação como proporção do PIB ou em termos per capita, a situação é oposta: o Brasil é o 61º colocado para exportações em termos do PIB (12,10%) e 57º em termos per capita (US $1.059, contra uma média mundial de US $12.380). Além disso, diversas outras variáveis componentes do comércio internacional são apontadas no relatório como pontos fracos do Brasil, tais como a exportação de bens e serviços comerciais em porcentagem do PIB, a relação comércio/PIB e as receitas provenientes do turismo.

O investimento estrangeiro, por outro lado, tem peso considerável nas oportunidades de bom desempenho econômico. O estoque em termos absolutos e o fluxo de investimentos diretos, seja em valores absolutos ou em proporção do PIB, além dos fluxos e estoques no exterior, são

[2] The World Bank. **The Economy in the time of COVID-19**. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33555/9781464815706.pdf?sequence=5>. Acesso em 11 de junho de 2020.

apontados como pontos fortes do país. Em 2019, foi registrado um montante de US $ 78,56 bilhões em fluxo de investimentos diretos no Brasil (4º no ranking do WCY 2020), com acúmulo de US $ 684,2 bilhões em reservas de investimentos diretos (12º no ranking do WCY 2020). Ainda assim, como já mencionado anteriormente, houve um declínio de 9 posições para esse subfator em relação a 2019. Essa queda de investimento pode ser justificada, em parte, pelo atrito comercial entre China e EUA, anteriormente apresentado, que desacelerou o fluxo global. Além disso, as incertezas em relação à economia mundial levam a uma preferência por investimentos menos arriscados, já que economias emergentes são mais suscetíveis aos choques externos[3].

Critérios componentes do subfator emprego (taxa de desemprego, desemprego de jovens, exclusão de jovens e crescimento do emprego de longo-termo) persistem como obstáculos ao avanço no ranking de competitividade. Enquanto a média mundial para taxa de desemprego é de 6,19% da força de trabalho, o Brasil registra uma taxa bem superior, de 11,90%, ocupando a 58ª posição do ranking.

Por fim, apesar de ocupar a 53ª posição referente à inflação de preços aos consumidores, o preço da gasolina, os custos com alimentação como porcentagem das despesas de consumo final das famílias e os preços de aluguel de apartamento em grandes cidades são favoráveis ao Brasil, e fundamentam a variação positiva de 4 posições para o subfator preços, que analisa os custos de vida e variações nos preços para as famílias e para a atividade produtiva.

Eficiência Governamental

Para avaliar a eficiência governamental, o IMD avalia cinco subfatores: finanças públicas, política fiscal, estrutura institucional, legislação de negócios e estrutura social. Indicadores econômicos que configuram ferramentas importantes para políticas públicas, tais como taxa de juros de longo prazo e reservas monetárias, são considerados aqui.

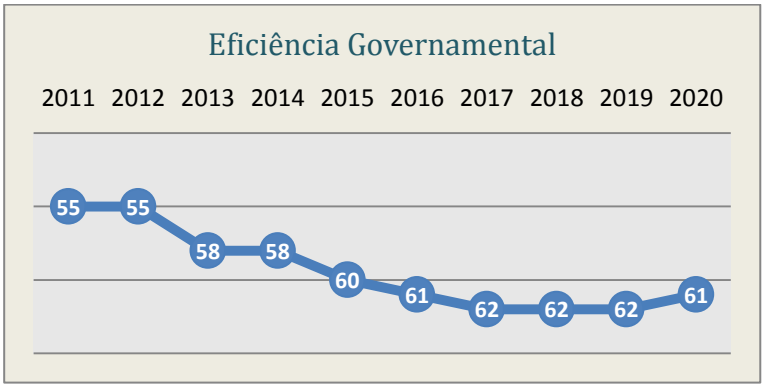

Figura 4: A eficiência do governo brasileiro no WCY 2011-2020
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2011 - 2020

Nos últimos 10 anos, o Brasil tem enfrentado uma queda persistente no ranking para eficiência do governo. Em 2020, primeira vez nesse tempo, o país registrou avanço, retornando à posição que ocupava em 2016 (61ª). No entanto, esse avanço é irrisório e mesmo que retornasse à

[3] UNCTAD. **World Investment Report 2019**. Disponível em <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2460>. Acesso em 11 de junho de 2020.

posição de dez anos atrás (55ª) o país ainda estaria muito longe do ideal, permanecendo entre os países menos competitivos do mundo nesse quesito.

A análise dos subfatores mostra certa constância no baixo desempenho do governo brasileiro. Avanço de uma posição foi registrado para estrutura institucional (61ª posição em 2019 e 60ª em 2020) e de três para legislação empresarial (62ª em 2019 e 59ª em 2020). Em contrapartida, houve um declínio de uma posição para finanças públicas (62ª em 2019 e 63ª em 2020).

O relatório evidencia critérios como os subsídios governamentais, crescimento da participação dos 60% mais baixos na renda, taxação efetiva do imposto de renda da pessoa física, taxação sobre consumo, política do banco central, etc., como fatores estratégicos para a competitividade brasileira. Por outro lado, o spread da taxa de juros, as barreiras tarifárias, o coeficiente de Gini, a desigualdade de oportunidades, a instabilidade do câmbio, etc., são obstáculos para avanço do país.

O governo brasileiro apresenta um dos piores déficits orçamentários dentre os países considerados. Trata-se de um montante de US$108,8 bilhões (59ª posição), correspondente a 5,91% do PIB (61ª posição). A dívida total do governo geral representa 90,1% em proporção ao PIB, posicionando o país como 50º colocado.

Alguns critérios considerados para o subfator de finanças públicas captam a percepção da comunidade empresarial. No que diz respeito à administração dessas finanças, obteve-se uma eficiência média de 4,36 (40ª do ranking), contra uma média mundial de 5,01 (sempre numa escala de 0 a 10). Quando solicitados para avaliar o grau de concordância com a afirmação de que "A sonegação fiscal não é uma ameaça para a sua economia", obteve-se um valor médio de concordância de 3,88 (44º colocado), o que revela uma fragilidade em torno da questão. O país é o 38º na destinação adequada do fundo de pensão para o futuro, com concordância média de 3,96, e o último colocado em relação às despesas da administração pública, com valor correspondente a 75,8% do PIB, contra uma média mundial de 35,4%. Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)[4] sugere a necessidade de instituições fiscais inteligentes e eficientes para tornar os níveis de gasto sustentáveis no longo prazo. Um forte investimento público associado ao aumento da transparência e à eficiência alocativa são fundamentais no contexto brasileiro. Destaca-se ainda a importância de investimentos em educação, que quando estrategicamente orientados se traduzem em grandes retornos à nação.

Para o segundo subfator componente da eficiência governamental, política fiscal, destaque negativo é conferido à contribuição previdenciária compulsória do empregador, que corresponde a 38,52% do PIB per capita e atribuí a 61ª posição ao país. Na pesquisa de opinião, questionou-se o grau de concordância com a afirmação de que "Impostos reais sobre pessoa física não desencorajam as pessoas a trabalhar ou buscar avanços" e obteve-se uma concordância média de 4,36 (49º colocado). É interessante observar, entretanto, que os dados estatísticos para imposto de renda sobre pessoa física como porcentagem do PIB (5,67%)

[4] BID. Melhores gastos para melhores vidas. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Melhores_gastos_para_melhores_vidas_Como_a_Am%C3%A9rica_Latina_e_o_Caribe_podem_fazer_mais_com_menos_pt_pt.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2020.

conferiram ao país a 35ª posição. Destaque positivo é atribuído também à coleta de impostos corporativos como porcentagem do PIB (2,06% - 11ª posição).

A análise da estrutura institucional revela obstáculos substantivos à competitividade brasileira. O país é o último do ranking na avaliação do spread da taxa de juros e 61º na avaliação da taxa de juros real de curto prazo. Em apenas dois dentre os dezesseis critérios avaliados, o Brasil está bem colocado: reservas em moeda estrangeira (10ª posição) e política do banco central (20ª posição). Este último revela uma satisfação da comunidade empresarial em relação à atuação do banco central, concordando em grau médio de 6,98 que as políticas adotadas pelo Bacen são positivas para a economia.

A legislação empresarial, por sua vez, é composta majoritariamente por critérios da pesquisa de opinião executiva. O baixo desempenho do país evidencia a insatisfação do empresariado com a postura governamental no que tange o apoio às empresas no país. Destaques negativos são as altas tarifas de importação, a insuficiência de suporte legal para criação de novas empresas, a distorção da concorrência pela concessão de subsídios, a burocracia para iniciar novos negócios, a rigidez das regulações trabalhistas, a propriedade estatal de empresas, a restrição dos contratos do setor público para licitantes estrangeiros, o protecionismo e a ineficiência da legislação da concorrência (62ª, 61ª, 59ª, 59ª, 59ª, 58ª, 57ª, 55ª e 54ª posições, respectivamente). É interessante observar que, apesar de os respondentes notificarem os subsídios como uma barreira à concorrência justa, o país é o 2º do ranking na concessão de subsídios governamentais para empresas públicas e privadas (0,15% do PIB, contra uma média mundial de 1,16%).

Ainda que, como já mostrado, as estatísticas para investimento internacional sejam um ponto forte para a competitividade brasileira, o empresariado atuante no país tem a percepção de que investidores estrangeiros não têm liberdade para controlar empresas domésticas, de que os mercados de capitais não são facilmente acessados e de que os incentivos ao investimento não são atraentes para investidores estrangeiros (49ª, 46ª e 46ª posições, respectivamente).

Em estudo realizado em abril de 2020 em parceria com a ANPEI, o Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral identificou uma alteração nas atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das empresas decorrente da pandemia, com suspensão de investimentos não operacionais. Se antes já havia a percepção de dificuldades de acesso aos mercados de capitais e de atração de investidores, agora, mais do que nunca, o empresariado clama por estímulos governamentais às práticas de inovação aberta, acesso facilitado a financiamento para inovação e desenvolvimento tecnológico, redução da carga tributária sobre importação de serviços tecnológicos e benefícios fiscais para superação da crise e construção de um ambiente favorável e atrativo aos investimentos[5].

Por fim, os dados para o subfator estrutura social também contribuem para manutenção da baixa competitividade. O país é o 2º mais desigual do ranking, com base no índice de Gini, e o 4º com maior índice de homicídios. A desigualdade também está presente na percepção dos participantes da pesquisa, que apontaram a desigualdade de oportunidades como uma barreira ao desenvolvimento econômico. Além disso, o alto risco de instabilidade política e a baixa coesão social também são grandes barreiras à competitividade. Ainda assim, o país

[5] FDC e ANPEI. Empresas Inovadoras e a Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://nucleos.fdc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Empresas-inovadoras-e-a-Pandemia-da-COVID-19-1.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2020.

encontra uma oportunidade na estrutura etária de sua população, uma vez que apenas 9,3% do total está acima dos 60 anos.

Eficiência Empresarial

É no fator "Eficiência Empresarial" que o Brasil está mais bem posicionado (47º), tendo subido 10 posições desde a última edição do relatório. Houve avanço em 4 dos 5 subfatores considerados, com destaque para "práticas gerenciais", com melhora de 14 posições. Entretanto, o país segue como 61º do mundo em produtividade e eficiência.

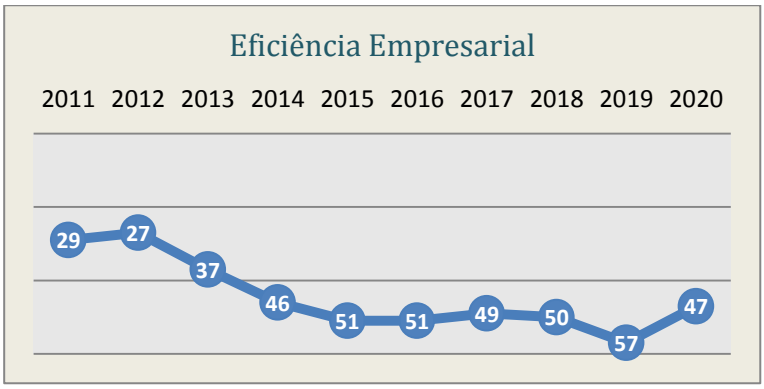

Figura 5: Resultado do Brasil em Eficiência Empresarial (2011-2020)
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2011-2020

As lacunas para produtividade se observam em todos os setores produtivos avaliados: agricultura, indústria e serviços. Além dos dados estatísticos, a percepção do empresariado corrobora com os problemas enfrentados pelo país, uma vez que a eficiência tanto de grandes corporações quanto de pequenas e médias empresas deixa a desejar em relação aos padrões internacionais. Destacam-se as limitações do emprego da tecnologia nas empresas, o que dialoga diretamente com o atraso da transformação no ambiente empresarial, capturado no quinto e último subfator (valores e atitudes).

Os baixos custos da unidade de trabalho (2º do ranking) são atrativos para a competitividade brasileira. No entanto, o treinamento profissional e a atração e retenção de talentos não estão entre as prioridades das empresas e as aprendizagens não são suficientemente aplicadas. Soma-se a isso a baixa disponibilidade de mão de obra qualificada e o comprometimento da competitividade da economia pela fuga de cérebros.

Critérios componentes do subfator de finanças posicionam bem o país, de maneira geral, com destaque para a capitalização do mercado de capitais, em relação ao PIB (26º colocado). No entanto, o acesso a serviços financeiros também revela o perfil desigual do Brasil, sendo que apenas 70,04% da população adulta possuem conta bancária, contra 82,69% de média mundial. Além disso, o empresariado reclama acesso a crédito e capital de risco, colocando o país na 55ª e 49ª posições do ranking, respectivamente.

As estatísticas para atividades empreendedoras em estágio inicial e participação feminina em cargos de gerência contribuíram para a elevação da competitividade brasileira em práticas gerenciais. Além disso, há uma expectativa positiva em relação à abertura de novos negócios, quando comparado aos demais países: apenas 35,57% dos respondentes apontaram o medo de falência como um impeditivo para essa abertura, contra uma média mundial de 40,5%.

No entanto, as empresas ainda apresentam muitas limitações no que tange o emprego de *big data* e *analytics* para fundamentar a tomada de decisões, evidenciando uma carência de gestão eficiente do conhecimento que combine as dimensões organizacional e individual e capte oportunidades valiosas. Esse fato pode estar relacionado com o atraso do país na transformação digital e com as lacunas resultantes da ausência de pessoal qualificado e da baixa prioridade empresarial por atração e retenção de talentos.

Finalmente, a flexibilidade e a adaptabilidade diante de novos desafios e a abertura cultural brasileira se mostram como fatores-chave para a competitividade do país. No entanto, a imagem do país no exterior desencoraja o desenvolvimento dos negócios e a sociedade não se mostra positiva em relação à globalização, além de estar ausente um sistema de valores que propulsione a competitividade. Tudo isso é agravado pelo baixo entendimento e reconhecimento da necessidade de reformas econômicas e sociais para alteração do quadro brasileiro.

Infraestrutura

O fator infraestrutura apresentou avanço de uma posição em relação ao WCY 2019, após queda persistente desde 2016. No entanto, o que se observou para os subfatores foi, na verdade, uma queda, com exceção de saúde e meio-ambiente, que se manteve na mesma colocação. Isso reforça a relatividade da evolução da competitividade, que é avaliada em termos de outros países.

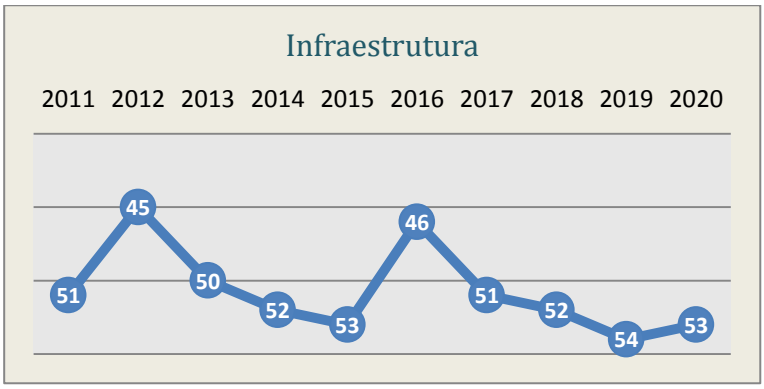

Figura 6: Resultado do Brasil em Infraestrutura (2011-2020)
Fonte: IMD Competitiveness Yearbook 2011-2020

Apesar de apresentar grande dimensão territorial, disponibilidade de recursos e mercado consumidor, o Brasil enfrenta grandes desafios com a infraestrutura básica. É perceptível a ineficiência da distribuição de infraestrutura de bens e serviços ao longo do território (62º colocado), o que é muito bem ilustrado pelo acesso da população à água: apesar de ser o 9º país em disponibilidade de recursos hídricos, é o 59º em acesso a esses recursos.

Em relação à infraestrutura tecnológica, foi registrada uma insatisfação da comunidade empresarial quanto à tecnologia de comunicação, que não atende completamente aos requisitos de negócios (59ª posição), sendo que a velocidade da banda larga no país é a 49ª do mundo. A lacuna nas habilidades digitais e tecnológicas surge aqui mais uma vez (60ª posição), sem ambiente legal favorável ao desenvolvimento e aplicação tecnológica e com escassas parcerias público-privadas significativas para empreendimento em apoio ao desenvolvimento tecnológico.

Apesar de ser o 12º país em gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o Brasil é o 31º quando esses gastos são avaliados em relação ao PIB e o 44º quando em termos per capita. Há um entendimento de que a legislação relacionada à pesquisa não encoraja a inovação e de que os direitos de propriedade intelectual não são adequadamente aplicados. Além disso, apesar da alta taxa de publicação de artigos científicos (12ª posição), não há uma transferência de conhecimento sólida entre empresas e universidades (54ª posição).

Destaque é conferido também aos gastos totais com saúde, que correspondem a 9,5% do PIB (14ª posição), ainda que em termos per capita o país ocupe a 41ª colocação. A cobertura universal da saúde está bem próxima da média mundial, ocupando a 23ª posição. No entanto, o Brasil ainda registra altas taxas de mortalidade infantil e baixas expectativa de vida e de vida saudável. O índice de desenvolvimento humano, que combina indicadores econômicos, sociais e educacionais, é o 52º do ranking e a avaliação da qualidade de vida é a 56ª.

Apesar de estar na contramão do restante dos países, com crescimento negativo da área florestada, a pesquisa de opinião revela que há uma percepção de prejuízo da competitividade dos negócios pelas leis e conformidades ambientais.

Finalmente, chegamos ao último subfator analisado pelo WCY 2020 – a educação. Nessa edição, o Brasil caiu 2 posições e ocupa agora a último posto do ranking (63º lugar). Apesar de significativos gastos totais em educação que em 2019 correspondeu a 7,86% dos gastos públicos totais segundo o portal da transparência[6], os gastos públicos totais por estudante estão muito abaixo da média: enquanto o mundo gasta, em média, US$ 6.363, o Brasil gasta apenas US$2.165. Além disso, a taxa aluno-professor é muito elevada, seja para educação primária ou secundária: há mais de 24 alunos para cada profissional da educação, o que faz com que o país ocupe as 57ª e 58ª posições do ranking, respectivamente. Quando se analisa a proporção de alunos matriculados no ensino secundário em relação ao esperado (61º colocado), a taxa obtida é de apenas 68,7%, contra uma média mundial de 89,8%. Cenário parecido é observado para o ensino superior, sendo que apenas 19,6% da população de 25 a 34 anos atingiu ao menos esse nível de ensino (a média mundial é de 42,8%).

A média dos estudantes brasileiros no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)[7] de 2018 está abaixo da média geral dos demais países avaliados, conferindo ao país a 54ª posição do ranking, sendo que apenas 27,2% dos estudantes alcançaram a pontuação desejável. Isso revela deficiências na qualidade do ensino nacional, que podem ser motivadas pelas estatísticas já apresentadas.

A taxa de analfabetismo adulto chega a 6,8% da população total, a 4ª pior dentre as nações avaliadas. Além disso, o Brasil ocupa a última posição em habilidades linguísticas.

Todas essas questões refletem na percepção da comunidade empresarial, que reconhece que o ensino do país, em todos os níveis (fundamental, médio, superior ou educação em gestão), não atende às necessidades de uma economia competitiva.

---

[6] http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas?ano=2019, visitado no dia 12 de junho de 2020

[7] Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), "O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola." Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em 11 de junho de 2020

Fica evidente o quanto avanços e reestruturações na educação, em todos os níveis, são fundamentais para reversão do quadro de competitividade brasileiro. Uma melhor qualidade de ensino preenche parte da lacuna deixada pelo sistema empresarial, que não prioriza o treinamento profissional, além de desenvolver habilidades individuais importantes para a construção de um ambiente econômico competitivo, tal como o domínio e aplicação de tecnologias para proposta de soluções operacionais e gerenciais. Maior nível educacional é favorável também ao aumento da produtividade da economia, fator crítico no contexto brasileiro.

Desde 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) desenvolve um indicador que reúne os resultados do fluxo escolar e da média de aprendizagem – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo é avaliar a qualidade da educação brasileira a partir de dados obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Tem-se como meta nacional o alcance da média 6,0 do Ideb, que vai de 0 a 10, até 2022; média essa baseada no nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação) da média dos países desenvolvidos, membros da OCDE. Essa comparação internacional é feita a partir de uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências registrada no PISA e no Saeb[8].

As tabelas 4 e 5 apresentam os resultados para as últimas edições do Ideb para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), bem como as projeções destas e das edições futuras:

Rede (1º ao 5º ano)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)	IDEB 2015 (N x P)	IDEB 2017 (N x P)
Total	**4,2**	**4,6**	**5,0**	**5,2**	**5,5**	**5,8**
Estadual	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0
Municipal	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,6
Pública	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5
Privada	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

Projeções (1º ao 5º ano)								
Rede	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	**3,9**	**4,2**	**4,6**	**4,9**	**5,2**	**5,5**	**5,7**	**6,0**
Estadual	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Municipal	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
Privada	6,0	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5

Tabela 5: Projeções Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

Da mesma forma, as tabelas 6 e 7 apresentam os dados para as últimas edições do Ideb para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), bem como as projeções destas e das edições futuras:

[8] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2020.

Rede (6º ao 9º ano)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)	IDEB 2015 (N x P)	IDEB 2017 (N x P)
Total	**3,8**	**4,0**	**4,1**	**4,2**	**4,5**	**4,7**
Estadual	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,5
Municipal	3,4	3,6	3,8	3,8	4,1	4,3
Pública	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4
Privada	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4

Tabela 6: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

Projeções (6º ao 9º ano)								
Rede	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	**3,5**	**3,7**	**3,9**	**4,4**	**4,7**	**5,0**	**5,2**	**5,5**
Estadual	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Municipal	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Pública	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
Privada	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1	7,3

Tabela 7: Projeções Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

Uma análise geral sugere um desempenho acima do projetado para os anos iniciais da educação básica, cenário otimista para alcance da meta 6,0 estabelecida para 2022. No entanto, o cenário para os anos finais do Ensino Fundamental revela uma realidade um pouco distinta: ainda que para os anos de 2007, 2009 e 2011 tenha sido registrado um desempenho superior ao projetado, a situação foi oposta para 2013, 2015 e 2017. Além disso, mesmo que as projeções fossem observadas na prática, a meta de média 6,0 não seria alcançada para esse nível.

A situação é agravada quando analisados os recortes segundo Rede de Ensino. Apesar da proximidade com a média dos países desenvolvidos, a rede privada de ensino tem apresentado progressão inferior ao esperado para o nível educacional. Por outro lado, ainda que com desempenho superior às projeções, a rede pública apresenta níveis consideravelmente inferiores à rede privada e depende da sustentação de um ritmo acelerado de progressão para alcançar a meta estabelecida para 2022. Ainda mais, os dados evidenciam uma queda na qualidade e fluxo de ensino conforme se avança nos anos escolares.

Por fim, as tabelas 8 e 9 apresentam os resultados para as últimas edições do Ideb para Ensino Médio, bem como as projeções destas e das edições futuras:

Rede (Ensino Médio)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)	IDEB 2015 (N x P)	IDEB 2017 (N x P)
Total	**3,5**	**3,6**	**3,7**	**3,7**	**3,7**	**3,8**
Estadual	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Pública	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Privada [1]	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8

Tabela 8: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

Projeções (Ensino Médio)								
Rede	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
Total	**3,4**	**3,5**	**3,7**	**3,9**	**4,3**	**4,7**	**5,0**	**5,2**
Estadual	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Pública	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Privada	5,6	5,7	5,8	6,0	6,3	6,7	6,8	7,0

Tabela 9: Projeções Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2005-2017
Fonte: Inep

A tendência de queda no desempenho do sistema educacional ao longo dos anos escolares se confirma: para o ensino médio, o Ideb é ainda pior, seja considerando-se o total ou os recortes de rede. Novamente, a rede pública de ensino apresenta índices consideravelmente inferiores àqueles observados na rede privada. Ainda assim, a taxa de progressão para aquela (pública) é superior a esta (privada). No entanto, desde 2011 os índices reais para a rede pública têm sido inferiores aos projetados, o que agrava a dificuldade para redução das disparidades do ensino brasileiro em relação aos países desenvolvidos.

Ao concluir o ensino médio, o desempenho dos estudantes é avaliado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), utilizado, desde 2004, como principal ferramenta de acesso a instituições de ensino superior. Em 2019, em todo o Brasil, 3.709.809 pessoas realizaram a prova. Para todas as competências objetivas avaliadas (linguagens, ciências humanas, matemática e ciências da natureza) houve uma queda no desempenho médio em relação aos resultados de 2018. Além disso, o número de redações nota zero aumentou de 112.559 para 143.736[9]. A tabela 10 apresenta as notas médias para as quatro competências objetivas nas últimas quatro edições.

Competência	Nota Média (escala: 0 a 1000)			
	2016	**2017**	**2018**	**2019**
Matemática	489,5	518,5	535,5	523,1
Ciências Humanas	533,5	519,3	569,2	508,0
Linguagens	520,5	510,2	526,9	520,9
Ciências da Natureza	477,1	510,6	493,8	477,8

Tabela 10: Média das notas do Enem 2016-2019
Fonte: Inep

Os resultados apresentados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas orientadas para incremento da qualidade do sistema educacional brasileiro, com ações sustentadas no médio-longo prazo e que sejam ainda mais enérgicas conforme avanço das fases escolares. Além disso, ainda que não estejam disponíveis recortes por rede de ensino (pública ou privada) para os resultados do Enem, a análise anteriormente apresentada para o Ideb nos permite sugerir uma desigualdade de acesso à Educação Superior conforme perfil social, sendo que os estudantes com percurso na rede privada têm desempenho superior aos da rede pública e, portanto, maiores possibilidades para continuidade da educação a nível superior.

[9] Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/notas-medias-enem-2019-caem-em-comparacao-ao-ano-anterior/#:~:text=Resultados%20do%20ENEM%20j%C3%A1%20podem%20ser%20acessados&text=Em%20reda%C3%A7%C3%A3o%2C%20a%20nota%20m%C3%A9dia,aumentou%20de%20112.559%20para%20143.736.>. Acesso em 19 de junho de 2020.

No âmbito do Ensino Superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) realiza uma avaliação sistemática das instituições de educação superior, dos cursos superiores e do desempenho dos estudantes, estabelecendo indicadores de qualidade complementares entre si. Consideram-se dimensões como ensino, pesquisa, extensão, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, entre outros. O Índice Geral de Cursos (IGC) sintetiza a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) de cada instituição de ensino superior do país. Trata-se de um importante critério nos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições e também no processo de autorização de novos cursos. Além disso, orienta a expansão do ensino de qualidade[10].

A edição mais recente do IGC, referente ao triênio 2016, 2017 e 2018, divulgou os indicadores de 2.052 instituições, em valores que vão de 1 a 5, pela avaliação de 23.228 cursos, além de 4.356 programas stricto sensu. 0,3% das instituições avaliadas estão inseridas na faixa 1; 12,6% estão na faixa 2; 63,6% na faixa 3; 21,3% na faixa 4; e apenas 2% na faixa 5, de maior qualidade[11]. Ao contrário do observado para os níveis básico e médio de ensino, a educação pública, sobretudo o Ensino Federal, se destaca positivamente no IGC, ocupando em sua maioria as faixas 4 e 5.

A Universidade de São Paulo (USP) se destacou no *Times Higher Education 2020*, ranking mundial de universidades que reuniu quase 1.400 universidades de 92 países. Além dela, a Universidade de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) também ocuparam boas posições no ranking, como mostra a tabela 11[12].

Rank Brasileiro 2020	Rank Mundial 2020	Universidade
1	251-300	Universidade de São Paulo (USP)
2	501-600	Universidade de Campinas (Unicamp)
=3	601-800	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
=3	601-801	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
=3	601-802	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
=3	601-803	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
=3	601-804	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Tabela 11: Melhores Universidades do Brasil
Fonte: Times Higher Education 2020

Um vez que o ranking é construído com base em indicadores de desempenho em ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais, observamos relevância das instituições brasileiras de ensino superior. Novamente, destaque é conferido às

[10] Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 19 de junho de 2020.
[11] Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32729>. Acesso em 19 de junho de 2020.
[12] World Universty Rankings 2020. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2020/world-ranking#!/page/0/length/-1/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined>. Acesso em 19 de junho de 2020.

Universidades Públicas (Federais e Estaduais), o que evidencia caráter distinto quando comparado aos demais níveis de ensino.
Esses resultados revelam uma oportunidade valiosa para reversão do quadro de competitividade brasileiro, que requer, no entanto, uma orientação coordenada de políticas educacionais que contemplem desde a base de ensino para expansão das oportunidades e redução das disparidades sociais. Além disso, é importante uma mobilização para valorização de talentos e mão-de-obra qualificada e maior diálogo entre academia e empresas, a fim de incentivar a produção e a transferência de conhecimentos com aplicações práticas, atenuando também a vulnerabilidade à fuga de cérebros.

Em detrimento aos bons indicadores do ensino superior, a pandemia da COVID-19 expõe ainda mais as fragilidades do sistema educacional brasileiro: 78,12% do pessoal (discentes, docentes e técnicos) da Rede Federal de Ensino estão com atividades suspensas em decorrência da pandemia. Mais especificamente, 1,05 milhões de pessoas (78,37%) das 69 Universidades Federais, consideradas entre as melhores instituições de ensino do país, estão com atividades suspensas. A maior parte das Universidades suspendeu as aulas de graduação na segunda quinzena de março, e chega à segunda quinzena de junho ainda com aulas suspensas[13]. A decisão das reitorias por não migrar para a categoria de ensino remoto se justifica pela heterogeneidade de seus corpos discentes: em 2018, 70,2% dos alunos das Universidades Públicas se inseriam na faixa de renda mensal familiar per capita de até um e meio salários mínimos, o que implica em dificuldade no acesso a *hardwares* (computadores, notebooks e aparelhos celulares) e redes de internet eficientes[14]. Nesse contexto, estão sendo avaliadas estratégias para adaptação e oferta de soluções alternativas de ensino que contemplem às necessidades dos diversos perfis dos alunos. É fato, entretanto, que a velocidade de resposta do sistema está muito aquém do ideal. Isso evidencia a correlação dos fatores avaliados no relatório, uma vez que a manutenção e o acesso mais igualitário a uma educação de qualidade requer também o desenvolvimento e a ampliação da infraestrutura tecnológica.

Ao mesmo tempo, a pandemia também reforça a importância dessas instituições no cenário brasileiro: já foram realizadas mais de 1600 ações de combate direto ou indireto à COVID-19, como produção de álcool em gel e equipamento de proteção individual, realização de exames para diagnosticar o coronavírus, esforços para desenvolvimento de vacina, assessoramento às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, etc.

Dessa forma, é fundamental uma mobilização geral dos agentes com vistas à valorização do pessoal capacitado e oferta de oportunidades para produção, difusão e aplicação de conhecimentos. Só assim o Brasil poderá romper com o persistente atraso de competitividade no cenário mundial.

---

[13] Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em 15 de junho de 2020.
[14] Andifes. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do(as) Graduandos(as) das IFES 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em 15 de junho de 2020.

Sobre a Metodologia

O Relatório Internacional de Competitividade do IMD tem sido compilado pelo IMD World Competitiveness Center e sua rede de parceiros nacionais desde 1989 e se baseia no modelo desenvolvido pelo Prof. Stephane Garelli e publicado no livro "Top Class Competitors - How Nations, Firms and Individuals Succeed in the New World of Competitiveness (2006). Definindo competitividade como “o nível em que um país é capaz de promover um ambiente em que as empresas possam gerar valor sustentável” são avaliados quatro pilares: “Desempenho Econômico”, “Eficiência do Governo”, “Eficiência Empresarial” e “Infraestrutura”. Para cada pilar, são analisados 5 subfatores por meio da contabilização de 337 variáveis. As variáveis incluem tanto dados estatísticos quanto de percepção. Os dados estatísticos são indicadores macroeconômicos, cuja fonte são instituições nacionais e internacionais de estatística (como o IBGE no Brasil). São coletados pelo IMD e seus parceiros e possuem peso de 2/3 para o cálculo do ranking. Os dados de percepção são coletados através do questionário de opinião executiva, coletados via plataforma online entre gestores de alto escalão das empresas. Com peso de 1/3 na pesquisa, estes dados refletem o julgamento geral do empresariado sobre o país em questão.

No Brasil a pesquisa de opinião está sob a responsabilidade da Fundação Dom Cabral que obteve respostas de 134 executivos brasileiros de diferentes setores, regiões e portes de empresas, com o intuito de obter uma representação geral do país. Globalmente a pesquisa para o World Competitiveness Yearbook 2020 foi realizada entre os períodos de fevereiro e abril e contou com a contribuição de 5,886 executivos nos 63 países pesquisados.

Equipe da Fundação Dom Cabral

Prof. Carlos Arruda – Coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Prof. Ana Burcharth – Professora do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo

Naira C. Gonçalves – Pesquisadora Assistente do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo